

Territorialidade e reexistência indígena na fronteira amazônica: o povo Rikbaktsa e a Terra Indígena Escondido, Mato Grosso, Brasil

Indigenous territoriality and re-existence on the amazon frontier: the Rikbaktsa people and the Escondido indigenous land, Mato Grosso, Brazil

Juliana Almeida^a

Simone Athayde^b

Adriano Castorino^c

Rosane Seluchinesk^d

Ruth Albernaz-Silveira^e

^aPrograma de Pós-Graduação em Antropologia Social,
Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil
End. Eletrônico: jj.almeida@gmail.com

^bTropical Conservation and Development Program,
University of Florida, Gainesville, FL, EUA
End. Eletrônico: simonea@ufl.edu

^cUniversidade Federal de Tocantins, Palmas, TO, Brasil
End. Eletrônico: adrianocastorino@mail.uft.edu.br

^dUniversidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres, MT, Brasil
End. Eletrônico: rosane.rosa@unemat.br

^eUniversidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres, MT, Brasil
End. Eletrônico: ruthalbernaz@gmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v7n2.2016.17362

Recebido em 05.01.2016

Aceito em 30.06.2016

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

Neste artigo são apresentados os resultados obtidos pelo projeto “Nós somos os outros: Identidade e Território Rikbaktsa”, no âmbito do Curso de Especialização “Gestão Colaborativa de Sistemas Socioecológicos na Amazônia Brasileira”, cujo objetivo foi realizar um exercício de avaliação da resiliência

socioecológica do povo indígena Rikbaktsa, da Terra Indígena Escondido (Cotriguaçu, Mato Grosso). A metodologia utilizada consiste em uma adaptação da ferramenta elaborada pelo grupo “Resilience Alliance” e orientou o trabalho exploratório de pesquisa colaborativa sobre os temas: reconfiguração territorial pós-contato; formas de uso e ocupação da TI Escondido; e desenvolvimento de metodologias colaborativas junto a grupos indígenas. Foram identificados atributos importantes para resiliência do “Sistema Rikbaktsa” e fatores que ameaçam os processos de reterritorialização e resistência nos quais os Rikbaktsa estão historicamente engajados. São também apresentadas reflexões e recomendações acerca da aplicação dos conceitos e métodos relacionados à avaliação de resiliência e princípios de gestão colaborativa.

Palavras-chave: Gestão territorial. Territorialidade. Resiliência socioecológica. Pesquisa colaborativa. Povo indígena Rikbaktsa.

ABSTRACT

This paper presents the results of the project “We are the others: Rikbaktsa Identity and Territory”, developed within the Specialization Course “Collaborative Management of Social-ecological Systems in the Brazilian Amazon”. The objective of the project conducted by the group of participants who focused on indigenous issues was to assess the social-ecological resilience of the Rikbaktsa indigenous people within the Escondido Indigenous Land (Cotriguaçu, Mato Grosso). The methodology was adapted from a tool developed by the “Resilience Alliance”, which enabled exploratory research focusing on: post-contact territorial reconfiguration; forms of use and occupation of the Escondido indigenous land; and development of collaborative research methodologies with indigenous populations. Important attributes were identified for the resilience of the “Rikbaktsa System”, in addition to risk factors that threaten the territorial and resistance processes in which the Rikbaktsa are currently engaged. We also present reflections and recommendations for the application of concepts and methods related to resilience assessment, and principles of collaborative management with Amazonian indigenous peoples.

Keywords: Territorial management. Territoriality. Social-ecological resilience. Collaborative research. Rikbaktsa indigenous people.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado insere-se na proposta de um Curso de Especialização em Gestão Colaborativa de Sistemas Socioecológicos na Amazônia Brasileira promovido em uma parceria entre a Universidade da Flórida (UF) e a Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat), realizado entre 2010 e 2012 no município de Cotriguaçu, Mato Grosso. Foram desenvolvidas pesquisas orientadas para aplicar a metodologia de avaliação da resiliência com diferentes grupos sociais desse município, de acordo com o tipo de uso e posse da terra: indígenas; médios e grandes produtores rurais; e agricultura familiar (BUSCHBACHER *et al.* 2016).

O exercício de avaliação da resiliência combinou distintos arcabouços conceituais, incluindo abordagens inter e transdisciplinares, bem como elementos do conceito de sistemas socioecológicos complexos (BERKES; FOLKE, 2006), as concepções de resiliência socioecológica e complexidade (GUNDERSON; HOLLING, 2002; FOLKE, 2006; MORIN, 2011); com metodologias da aprendizagem colaborativo-experiencial e da pedagogia crítica (FREIRE, 2011a; 2011b; ATHAYDE *et al.*, 2013). No âmbito dessa investigação, resiliência socioecológica é definida como a aptidão que determinado sistema detém para manter suas principais características ou “identidade”, diante de um cenário de mudanças de caráter aleatório e imprevisível, ampliando sua capacidade de auto-organização e adaptação (FOLKE, 2006).

A presente análise tem caráter exploratório e se desenvolveu com base no projeto de pesquisa “Nós somos os outros: Identidade e Território Rikbaktsa”, articulado em três frentes de investigação – identificadas a partir de diálogos com o povo indígena Rikbaktsa: (1) territorialidade e modos de ocupação territorial indígena, com foco principal na Terra Indígena Escondido; (2) gestão dos recursos naturais; e (3) apontamentos para o desenvolvimento de pesquisas colaborativas¹.

Por se tratar de uma pesquisa desenvolvida com um povo indígena, optou-se pelo diálogo entre o escopo teórico-metodológico do curso e conceitos da antropologia social e cultural. Seguimos a definição de cultura postulada por Clifford Geertz, entendida como: “uma teia de significados que o ser humano cria e permanece eternamente amarrado, entrelaçando os fios significantes, tramados pelos componentes do grupo social no seu tempo em seu espaço, ambiente de vida cotidiana” (GEERTZ, 1989, p.15).

Little (2002) argumenta que os territórios são produtos históricos de processos sociopolíticos, o que reafirma a necessidade do desenvolvimento de abordagens diacrônicas, que tratem do contexto específico em que um determinado território surgiu, foi defendido e reafirmado². Nesse sentido, o conceito de territorialidade foi entendido como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou ‘homeland’” (LITTLE, 2002, p.3). A análise sobre os modos de ocupação territorial Rikbaktsa teve ainda como base a noção de territorialização (OLIVEIRA, 1998), de acordo com a qual os processos de reconfiguração territorial em contextos intersocietários compreendem igualmente processos de reestruturação social.

No início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores engajados neste projeto se questionava sobre a possibilidade de traduzir saberes culturais no escopo da abordagem de sistemas socioecológicos complexos e colocar essas informações em uma arena de avaliação da resiliência de atores sociais que vivenciam um contexto de conflito. O que poderia ser um entrave, possibilitou a abordagem do conceito de resiliência de forma crítica e reflexiva, substanciado em elementos etno-históricos, na ancestralidade e memória, nos processos de retomada e reapropriação do território e no uso e gestão de recursos naturais, a partir dos referenciais locais.

Propõe-se que o conceito de resiliência socioecológica deve ser interpretado à luz das especificidades que caracterizam o modo de vida dos agentes sociais e inserida no quadro histórico e político de auto-determinação, em meio ao qual o manejo da biodiversidade e a identidade cultural se entrelaçam em um processo de reformulação dos modos de existência a partir da memória, lutas coletivas e relação simbólica com os recursos naturais. Isso porque as particularidades que determinam o pensamento e as relações dos grupos locais (internas e externas) constituem elementos fundamentais na definição de como estes concebem e executam a gestão e uso dos seus territórios, definindo e redefinindo suas estratégias de manejo de forma criativa e dialógica com o contexto, políticas e práticas desenvolvidos pelo Estado e sociedade não indígena.

MATERIAL E MÉTODOS

O POVO RIKBAKTSA

Os Rikbaktsa, ocupantes imemoriais do Vale do Rio Juruena, vivenciaram nas últimas décadas um contexto intenso de transformações do seu modo de vida e território ocorridas em meio a conflitos, perdas populacionais e territoriais, além de seu deslocamento geográfico compulsório. Em meados dos anos 1950, o advento de frentes de exploração seringalista no médio e baixo curso do Rio Juruena e de frentes de evangelização (Missão Anchieta e Missão Luterana) acarretou a alteração acelerada da paisagem regional, perdas populacionais³ e o confinamento do povo Rikbaktsa em pequenas parcelas do território anteriormente ocupado. Os Rikbaktsa ocupavam o médio e baixo curso do Rio Juruena, com um território que se estendia desde a barra do Rio Papagaio até imediações do Salto Augusto. A atual área do município de Cotriguaçu e suas adjacências eram, no passado, povoadas e/ou manejadas tanto por grupos Rikbaktsa quanto por grupos Apiaká e Cinta-Larga (ARRUDA, 1992).

Em resposta ao seu deslocamento compulsório, os Rikbaktsa organizaram um movimento em prol da salvaguarda do seu território, processo que culminou na delimitação de três terras indígenas, nas quais residem atualmente: Terra Indígena Rikbaktsa (79.935 ha); Terra Indígena Japuira (152.509 ha) e Terra Indígena Escondido (168.938 ha). Juntas, essas áreas abrangem aproximadamente 10% do território imemorial (ARRUDA, 1992), verificado no mapa elaborado pela equipe da Missão Anchieta (Figura 1).

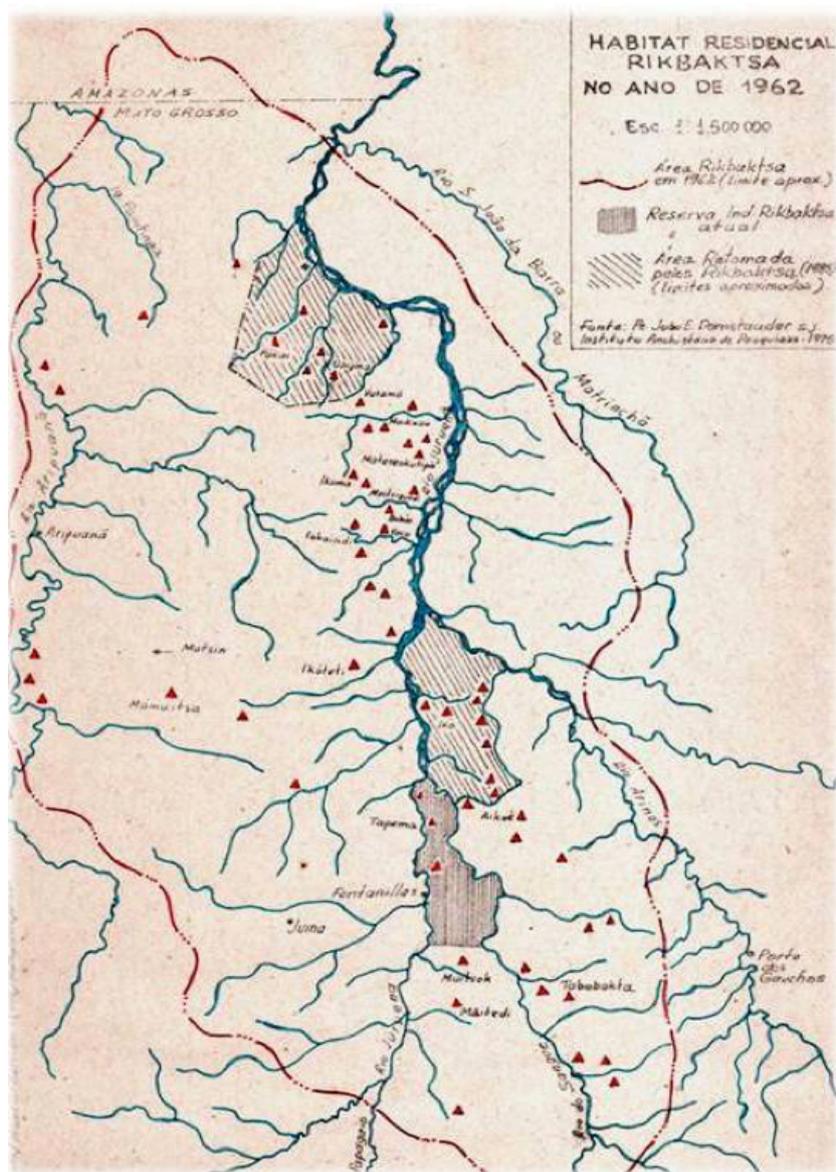


Figura 1 – Mapa histórico da ocupação Rikbaktsa no Vale do Rio Juruena, noroeste do Estado de Mato Grosso

Fonte: Missão Anchieta (1962).

A Terra Indígena (TI) Escondido foi homologada em 1998⁴ e constitui a única terra indígena do município de Cotriguaçu. Atualmente existe uma aldeia nessa área, denominada Babaçuza. Outros dois núcleos habitacionais encontram-se em processo de abertura e organização. Grupos Rikbaktsa residentes nas demais terras indígenas ocupam sazonalmente a TI Escondido, onde realizam a coleta de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), de plantas medicinais, de palha de babaçu (*Attalea speciosa*) para cobertura de casas tradicionais, e taquaras utilizadas para a confecção de pontas de flecha (*Guadua spp*).

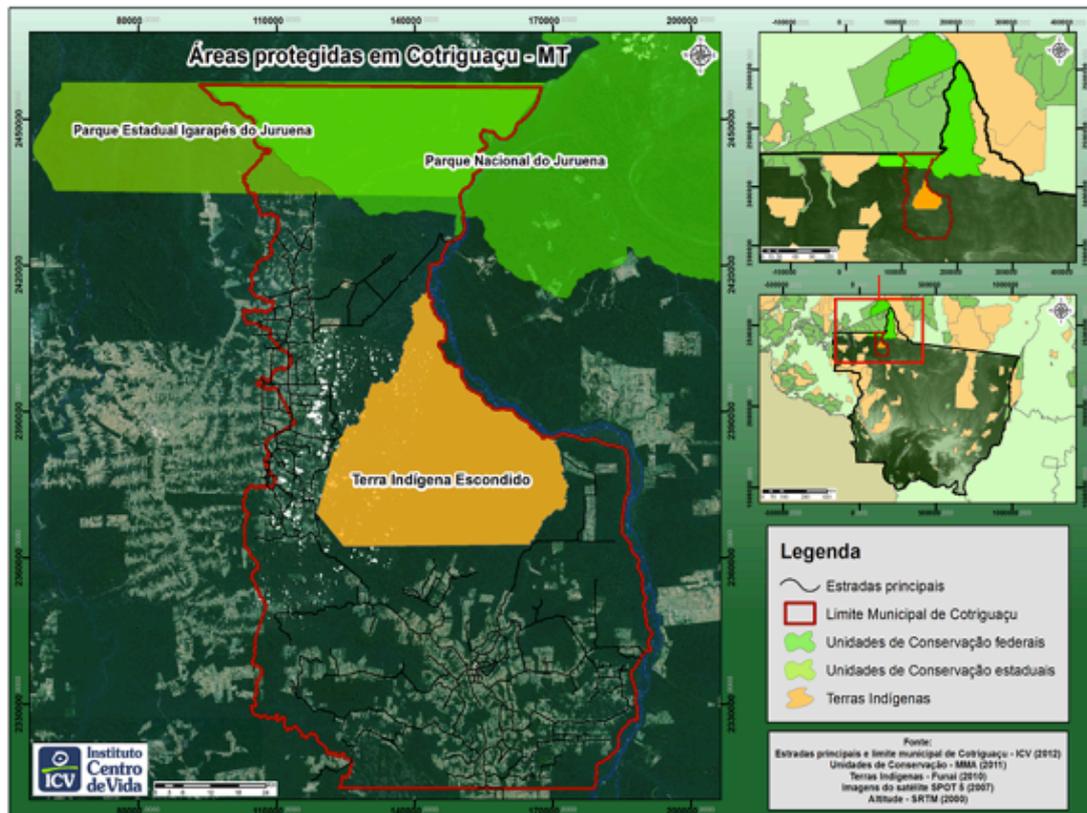


Figura 2 – Mapa das áreas protegidas do município de Cotriguaçu-MT, com destaque para a Terra Indígena Escondido.

Fonte: Instituto Centro de Vida (2012).

MÉTODOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa, adaptada da proposta desenvolvida pelo grupo “Resilience Alliance”, inclui cinco etapas: (1) Definição e delimitação do sistema focal no tempo e no espaço; (2) Pesquisa e descrição histórica do sistema; (3) Definição de atributos valiosos do sistema e operacionalização destes por variáveis; (4) Análise de cenários; e (5) Considerações para a gestão socioambiental (BUSCHBACHER *et al.* 2016). Essas etapas foram desenvolvidas durante os encontros presenciais e intervalos do curso de especialização supracitado, em um horizonte temporal de dois anos (ATHAYDE *et al.*, 2013).

O recorte conceitual e metodológico da análise considerou as particularidades das formas de organização e pensamento Rikbaktsa: esferas e dinâmicas próprias para tomada de decisão, necessidade de autorização do órgão indigenista oficial (Funai), bem como suas concepções diferenciadas acerca de temas como a ocupação imemorial, território, identidade, etc. Por outro lado, ainda que o projeto tivesse como foco a TI Escondido, os Rikbaktsa exigiram – como condição para a autorização e realização da pesquisa – o desenvolvimento de uma abordagem que contemplasse a dinâmica do conjunto social Rikbaktsa como um todo, abrangendo os grupos residentes nas Terras Indígenas Japuira (Juara, Mato Grosso) e Rikbaktsa (Brasnorte, Mato Grosso).

A observação participante (VIERTLER, 2002; CAMPOS, 2002; MACEDO, 2006) e o destaque para a história oral orientaram o processo de interação com os Rikbaktsa. A investigação contou ainda com o apoio de um interlocutor, Juarez Paimy, liderança e professor. Sua participação garantiu uma inserção mediada entre a proposta da pesquisa e a expectativa dos Rikbaktsa diante deste trabalho.

Para subsidiar a análise das formas de uso e manejo dos recursos da TI Escondido foram utilizados conceitos da etnoecologia, contemplando os processos de interação das populações humanas com os recursos naturais (BEGOSSI *et al.*, 2002) e o vínculo entre o conhecimento êmico, interno ao sistema local, e ético, externo ao sistema ou acadêmico (CAMPOS, 2002).

A pesquisa incluiu a revisão bibliográfica; a análise de documentos históricos; reuniões com representantes do povo Rikbaktsa; visita a campo; contato e reuniões com o antropólogo Rinaldo Arruda (que atua junto aos Rikbaktsa desde a década de 1980); além das atividades realizadas durante o curso de especialização, em interação com os demais grupos pesquisadores.

Entre as fontes bibliográficas utilizadas para descrever o contexto histórico destacam-se: Dornstauder (1975), sobre a aproximação da frente missionária jesuíta com os Rikbaktsa; Arruda (1992), acerca das relações entre os Rikbaktsa e a sociedade brasileira, com foco na reestruturação social após um período de instabilidade demográfica pós-contato; Pacini (1999), que aborda os desdobramentos da estratégia utilizada pela Missão Anchieta (MIA) ao processo de reterritorialização Rikbaktsa no âmbito dos marcos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988; e Áthila (2006), que articula as relações entre corporalidade e sociocosmologia e aponta elementos para a compreensão das dinâmicas que orientam a reconfiguração socioespacial no período pós-contato.

A análise do histórico de ocupação regional por frentes religiosas e de expansão econômica também se baseou em relatórios de atividades e correspondências da Missão Anchieta, especialmente: Schmidt e Oliveira (1971) e MIA (1957; 1975). Informações complementares foram obtidas em documentos ou planos governamentais, tais como a Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Juruena (EPE, 2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (BRASIL, 2007) e o Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso (CNEC, 2004). A análise contou ainda com dados levantados pelos demais grupos pesquisadores do curso de especialização com médios e grandes proprietários rurais, setor florestal e assentados do município de Cotriguaçu.

O encontro com representantes do povo Rikbaktsa para o desenvolvimento do exercício de avaliação da resiliência se deu em três momentos distintos. No primeiro desses encontros foi apresentado o pedido de anuência à pesquisa, exposto inicialmente a um grupo de representantes do povo Rikbaktsa e, posteriormente, submetido à aprovação do Conselho de Caciques. A consulta prévia constituiu uma etapa importante da análise. Como entre os Rikbaktsa a tomada de decisão ocorre de modo coletivo, uma resposta negativa inviabilizaria a realização desta investigação. Nesse primeiro encontro identificou-se também a barreira linguística dentro do processo de interação (em especial com os mais velhos⁵) como um dos desafios da análise. Esta culminava não apenas na dificuldade de comunicação, mas especialmente para a tradução de conceitos e entendimento dos referenciais indígenas relativos ao uso e apropriação do espaço e recursos nele contidos.

A pesquisa contou ainda com dois outros encontros. No primeiro destes, realizado no Distrito de Fontanillas – limite da TI Rikbaktsa –, foram realizadas entrevistas com pessoas que vivenciaram o contexto de aproximação das frentes colonizadoras. Elas narraram sua percepção acerca dessa conjuntura. Lideranças e representantes das associações indígenas também foram entrevistados para a identificação de estratégias atuais de gestão territorial pelos Rikbaktsa.

O terceiro encontro ocorreu na Aldeia Babaçuzal, na TI Escondido. Para entender melhor algumas das pressões socioambientais que ameaçam a TI Escondido, foi realizada uma expedição em um trecho da borda oeste dessa área, passando pelos Projetos de Assentamento “PA Nova União” e “PA Nova Esperança”, chegando até o Rio Santarém (afluente da margem esquerda do Rio Juruena), um dos limites da área demarcada.

Em linhas gerais, o contato do grupo pesquisador deu-se apenas com uma pequena parcela de representantes do povo Rikbaktsa. O resultado dessa interação não é pretendido como uma referência exemplar para a análise dessa coletividade complexa, ainda que esteja inscrito no conjunto de suas representações. Uma investigação baseada em maior permanência em campo possibilitaria demonstrar de maneira mais aprofundada e satisfatória a diversidade e multiplicidade presentes em sua dinâmica socioecológica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados os resultados e as discussões referentes a cada uma das cinco etapas do exercício de avaliação da resiliência, aplicado no contexto do povo Rikbaktsa e da TI Escondido. A ênfase no modo de vida e concepções desse povo acerca de temas como territorialidade, identidade e temporalidade fundamentou uma série de reflexões sobre os limites e potencialidades da abordagem conceitual e ferramentas utilizadas para a análise.

DEFININDO O SISTEMA

A primeira tarefa do exercício de avaliação da resiliência consistia na definição do sistema a ser analisado, contemplando a integração de aspectos sociais, econômicos e ecológicos. Duas questões orientaram esta etapa: Como definir o “Sistema Rikbaktsa”? Em que termos o “Sistema Rikbaktsa” pode ser configurado?

A definição do “Sistema Rikbaktsa” estava atrelada à demonstração da diversidade (preliminarmente não aparente) que compõe o “povo Rikbaktsa”. Como aponta Arruda (1992), a autodenominação Rikbaktsa opera como uma unidade englobante abarcando diferentes clãs, grupos geracionais e habitacionais, e segmentações internas, abarcando uma multiplicidade de grupos que, no passado, eram politicamente autônomos e estabeleciam eventuais relações de aliança ou conflito. Sendo assim, era preciso relativizar o uso do termo “povo Rikbaktsa”.

A delimitação do recorte do sistema tinha como empecilho o fato de que durante a realização da primeira etapa do exercício de avaliação da resiliência, o contato do grupo pesquisador com os Rikbaktsa limitava-se ao encontro para solicitação da anuência da pesquisa. Diante de especificidades já pontuadas (abordagem no âmbito do conjunto de aldeias e terras; referencial linguístico e regime sociopolítico diferenciados) e da limitação temporal para o desenvolvimento de um processo colaborativo de identificação dos referenciais para delimitação do “Sistema Rikbaktsa”, optou-se por estabelecer uma definição provisória baseada em fontes bibliográficas. Tal escolha impunha a tarefa de retomar essa definição quando do desenvolvimento das demais etapas do exercício.

Em termos de organização social, os Rikbaktsa se dividem em duas metades exogâmicas e agnáticas (arara amarela e arara cabeçuda), segmentadas por divisões clânicas internas (sete em cada metade) patrilineares (ARRUDA, 1992). No entanto, segundo Áthila (2006), essas metades não fundamentam distinções relacionadas a regiões específicas de habitação ou traços linguísticos/dialetais.

Com base nessas informações, o “Sistema Rikbaktsa” foi definido como um grupo de pessoas que compartilham um mesmo referencial linguístico (ainda que nem todos sejam fluentes no idioma nativo), uma mesma identidade coletiva, caracterizada por elementos históricos imemoriais que articulam relações mediadas por referenciais cosmológicos específicos; relações de parentesco que diferenciam classes de pessoas, grupos ou gerações; e por um vínculo ancestral com o território, com o qual se estabelece modos próprios de uso e manejo (VIVEIROS DE CASTRO, 2005).

HISTÓRIA DO SISTEMA NO ÂMBITO DA TERRITORIALIDADE RIKBAKTSAS

A partir dessa definição, o desafio era compreender a resiliência Rikbaktsa com base em seus conceitos e formas de existência – uma vez que a relação dos Rikbaktsa com seu território não se adequa à chave conceitual que opõe “usuários” e “recursos” – o que ampliou o campo desta investigação. As noções de otimização ou racionalização dos modos de manejo e uso da biodiversidade não apresentavam nenhum rendimento nesse contexto, tendo em vista que elementos como a territorialidade e a historicidade são constituídos com base nas relações expressas a partir das narrativas míticas. Trata-se de uma concepção temporal e espacialmente diferenciada, desvinculada da lógica linear, definida com base na ancestralidade e na cosmologia, e que não se atém à tarefa de definir uma hipótese acerca de sua gênese. Para os Rikbaktsa, o “mundo” e eles próprios enquanto “povo” sempre existiram. O que seria relevante é justamente a sua experiência histórica que os permitiu, diante de relações interétnicas e cosmopolíticas⁶ conflituosas, permanecer e expandir sua ocupação na região do Vale do Rio Juruena.

O reconhecimento da historicidade rikbaktsa – pautada pela não linearidade e associação com referenciais sociocosmológicos específicos – foi um aspecto importante para a análise e motivou a elaboração de uma espiral do tempo (em contraponto à ideia de “linha do tempo”) evidenciando eventos destacados nas falas dos Rikbaktsa, especialmente os apontamentos relacionados à ocupação antiga e à forma como esse povo vivenciou e reagiu às pressões externas no contexto de intensificação das relações com frentes colonizadoras (Figura 3).

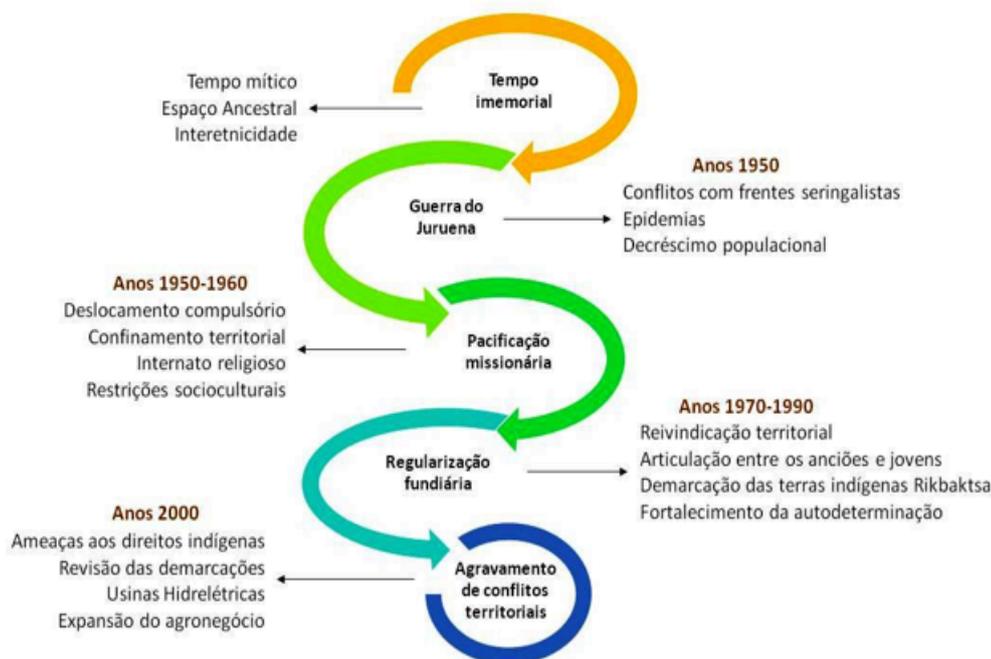


Figura 3 – “Espiral do tempo”. Elaborado pelo grupo pesquisador do “Sistema Rikbaktsa” durante o segundo módulo do curso de especialização, realizado em Cotriguaçu-MT.

O avanço de frentes seringalistas na região noroeste de Mato Grosso intensificou os contatos de grupos Rikbaktsa com a sociedade brasileira. Esse processo culminou na chamada “Guerra do Juruena” (DORNSTAUDER, 1975), conflito entre indígenas e seringueiros pelo domínio territorial da região, resultando em mortes para ambos os lados. Tal contexto desencadeou epidemias que, somadas aos conflitos, dizimou, em poucos anos, cerca de 75% da população Rikbaktsa (ARRUDA, 1992).

Os conflitos e epidemias foram utilizados como justificativa para a implementação do programa de pacificação da Missão Anchieta, cuja metodologia de atuação tinha como base a catequização e o deslocamento territorial compulsório das populações indígenas da Bacia do Rio Juruena. Ao apaziguar os conflitos, a missão abria caminho para a consolidação da colonização da região (ARRUDA, 1992; PACINI, 1999)6.

Em 1968, com intermediação da Missão, é demarcada a Terra Indígena Rikbaktsa. Entre as décadas de 1960 e 1970, diferentes grupos Rikbaktsa foram sistematicamente aglomerados nesta área (localizada na região próxima à confluência do Rio Juruena com o Rio Juína-Mirim), local onde estava instalada a principal base da Missão. A transferência e concentração dos Rikbaktsa eram justificadas como uma forma de facilitar o atendimento de saúde.

Não obstante o deslocamento compulsório dos grupos familiares, muitas crianças órfãs foram transferidas para um internato religioso chamado Utariiti (Diamantino, Mato Grosso), onde também residiam crianças e jovens de outros coletivos indígenas da região. No internato, estas viviam sob um programa de catequização que proibia coercivamente o exercício de suas práticas sociais e a comunicação em seu idioma.

Retirados de suas aldeias e impelidos a seguir novos padrões de produção agrícola, habitação e mobilidade, os Rikbaktsa tiveram, em um curto período de tempo, uma alteração drástica de suas práticas cotidianas (PACINI, 1999). Mas ainda que confinados na TI Rikbaktsa, estes não deixaram de ocupar sazonalmente o restante de seu território, realizando expedições, sobretudo com a finalidade de coletar elementos fundamentais para o seu modo de vida e práticas socioculturais, como pontas de flecha, castanha-do-brasil e plantas medicinais (ARRUDA, 1992).

Nos anos 1970, a atuação missionária sofre uma profunda reformulação, passando a seguir a metodologia da “encarnação”, de acordo com a qual os missionários deveriam aderir ao modelo nativo, em vez de impor a doutrina cristã sobre os indígenas. O internato Utiariti é fechado e as crianças são levadas de volta para as aldeias, onde retomam o convívio com os mais velhos. A aproximação entre essas distintas gerações impulsionou e fortaleceu o processo de regularização fundiária. A interação entre os conhecimentos tradicionais e novos conhecimentos adquiridos por meio da experiência escolar passa a constituir um elemento central na luta pelo reconhecimento jurídico de parte do território imemorial como Terra Indígena, categoria adotada pelo Estado brasileiro (ARRUDA, 1992).

Na mesma década, diversas tentativas de retomada da ocupação habitacional das áreas onde hoje estão localizadas as TI Japuira e TI Escondido são duramente reprimidas por forças governamentais e milícias instaladas em fazendas da região. Especificamente, a regularização fundiária da TI Escondido sofreu forte resistência por parte da empresa que colonizou a área, a Cotriguaçu S/A, sendo consolidada apenas em 1998. Nessa época, o cacique Dokta – com sua família – fundou a Aldeia Babaçuzal em uma área próxima a um antigo sítio de ocupação.

A emergência de frentes populacionais não indígenas nessa região deflagrou um processo de reterritorialização das populações locais, algo que até então era ordenado por relações interétnicas e ecológicas. Em meio a esse processo histórico, com a estruturação do movimento indígena local e o estabelecimento de casamentos interétnicos – decorrentes especialmente da convivência entre crianças e jovens de distintos coletivos indígenas no Utiariti –, antigos inimigos, como os Apiaká e Kayabi, se tornam aliados políticos em prol do enfrentamento de frente a ameaças comuns.

A demarcação das três Terras Indígenas Rikbaktsa promoveu a distribuição da população ao longo dessas áreas, fomentando a reconfiguração do modelo de dispersão habitacional que caracterizava a organização social dos Rikbaktsa no período anterior à intensificação do contato com as frentes de exploração seringueira (ÁTHILA, 2006). Antes do contato, a constituição das unidades habitacionais, bem como dos arranjos sociopolíticos destas, estava associado a relações de parentesco, sobretudo entre sogros e genros. Novas aldeias eram formadas especialmente em casos de conflitos, quando um grupo doméstico optava por fundar seu próprio núcleo habitacional. Com a demarcação das TIs Japuira e Escondido, muitos dos grupos Rikbaktsa que estavam confinados na TI Rikbaktsa passam a constituir novas aldeias em áreas de importantes sítios de ocupação pretérita.

A reterritorialização é acompanhada da reconfiguração sociopolítica dos Rikbaktsa. A autodenominação Rikbaktsa passa a ser articulada – mesmo que estratégica e temporalmente situada – para o acesso às políticas públicas, sobretudo nas áreas da educação e saúde. Emergem novas formações sociopolíticas, como a Associação Indígena Rikbaktsa (Asirik), fundada em 1994, e, mais recentemente, a Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (Aimurik). Além destas, ganha destaque o Conselho dos Caciques, articulação que reúne os líderes das 35 aldeias e/ou grupos de aldeias, esfera central nos processos de tomada de decisões e representação política do povo Rikbaktsa na atualidade.

O regime territorial fundamentado na concepção jurídica de áreas delimitadas define novas formas de manejo do território, baseadas na defesa dos limites, ao mesmo tempo em que dificulta o acesso a recursos encontrados em porções do território não contempladas pelas demarcações. Os indígenas passam a estar submetidos a essas políticas e práticas ditadas pelo sistema judicial e operacional não indígena em vigor.

Mais recentemente, verifica-se o agravamento de conflitos territoriais, dado o avanço desenvolvimentista sobre essa região, especialmente a expansão da fronteira agrícola e a implantação de obras de infraestrutura, tais como: a Ferrovia Leste-Oeste, a Hidrovia Juruena-Teles Pires-Tapajós e uma série de

hidrelétricas previstas a serem instaladas na Bacia do Rio Juruena, segundo a Avaliação Ambiental Integrada do Rio Juruena (EPE, 2010). Soma-se a esse contexto, o questionamento dos direitos indígenas salvaguardados pela Constituição Federal de 1988. A biodiversidade e o conhecimento ecológico tradicional também enfrentam pressões resultantes de alterações em legislações ambientais, tais como o Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso e do Código Florestal. Esses elementos serão retomados adiante, quando forem discutidos os possíveis cenários para a TI Escondido e o povo Rikbaktsa como um todo.

RESILIÊNCIA DO QUÊ E A QUÊ?

Esta etapa do exercício previa a identificação dos atributos-chave que garantem a manutenção do “estado” do sistema (resiliência do quê), bem como os principais fatores desencadeantes que podem fomentar mudanças em seu regime, de acordo com os objetivos de sustentabilidade do sistema definidos por grupos de atores que possuem diferentes formas de uso e entendimento da terra e dos recursos naturais (resiliência a quê) (BUSCHBACHER, 2016).

Ainda que o contato com a sociedade brasileira tenha imposto aos Rikbaktsa a necessidade de reinventar a sua existência mediante uma alteração brusca e repentina da ordem de relações internas e externas e da paisagem regional, estes se localizam nesse novo contexto a partir dos seus referenciais próprios de existência, enfatizando sua iniciativa e protagonismo na determinação dos rumos para sua sociedade.

Tendo em vista que o “Sistema Rikbaktsa” se insere em um contexto marcado por violências físicas e simbólicas, além da usurpação territorial e restrição cultural, o grupo pesquisador considerou que seria fundamental um aprofundamento no entendimento das noções de aprendizado e adaptação. Era necessário qualificar esses conceitos, escapando ao risco da confusão entre as concepções de mudança cultural e “aculturação”, ou seja, a ideia de que essas transformações indicariam que os Rikbaktsa estão “perdendo sua cultura” ou sendo assimilados pela sociedade não indígena. Essa chave analítica possibilitou a apreensão de que, no contexto Rikbaktsa, a resiliência dialoga com estratégias de resistência e reexistência. Trata-se das inovações e estratégias das quais os Rikbaktsa lançam mão para garantir sua governança territorial e seu modo próprio de vida.

Como vimos, o “Sistema Rikbaktsa” é caracterizado pelo vínculo entre determinados grupos de pessoas e porções territoriais localizadas no médio e baixo curso do Rio Juruena, que remete a relações de ancestralidade reconstruídas a partir do embate com as alterações (perdas populacionais e redução territorial) decorrentes da ocupação regional por frentes não indígenas. Tal contexto culminou no fortalecimento da organização sociopolítica dos Rikbaktsa em prol da defesa de direitos (sobretudo territoriais) e de melhores condições de vida para sua população como objetivos comuns – a despeito da diversidade social e conflitos internos sempre presentes na história do grupo (ÁTHILA, 2006).

Com base no destaque da identidade e da territorialidade como dimensões centrais nos discursos dos Rikbaktsa, foram definidos como atributos-chave desse sistema: (a) a autodeterminação sociocultural e (b) a soberania territorial – que inclui as dimensões socioecológica, econômica e política.



Tabela 1 – Atributos, processos e variáveis relativos à resiliência socioecológica do “Sistema Rikbaktsa”.

ATRIBUTOS	PROCESSOS	VARIÁVEIS
Auto-determinação	<ul style="list-style-type: none"> • Organização política interna; • Participação nas instâncias de decisão política em escala municipal, estadual e federal; • Autogestão do território. 	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimidade e representatividade interna em processos de tomada de decisão; • Grau e qualidade da participação em decisões políticas em diversas escalas; • Grau de autonomia para a tomada de decisão e definição de prioridades para gestão do território.
Soberania Territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Regularização fundiária do território; • Pressões socioambientais; • Monitoramento e fiscalização do território; • Sustentabilidade socioeconômica; • Articulação com outras áreas protegidas da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Status de regularização, desintração e conservação do território; • Acesso a recursos para monitoramento do território; • Grau de autonomia e organização para monitoramento e fiscalização do território; • Desenvolvimento de atividades econômicas para garantir maior qualidade de vida nas aldeias; • Fontes de renda compatíveis com as estruturas socioculturais; • Grau de diálogo e articulação com órgãos governamentais e instituições não-governamentais atuantes na região.

Fonte: Sistematização elaborada pelo grupo pesquisador durante os módulos 3 e 4 do curso de especialização.

O conceito de autodeterminação é baseado no princípio que garante a um determinado povo ou comunidade o direito de se autogovernar e, portanto, de tomar suas escolhas e decisões sem intervenção externa. É relacionado com o conceito de soberania, que garante a um povo o direito de orientar suas decisões políticas baseado nas formas tradicionais de organização social (DANSPECKGRUBER, 2002).

Para os Rikbaktsa, observou-se que a dinâmica entre os clãs e distintos grupos locais, desarticulada em meio ao processo de aglomeração habitacional, encontra na retomada e regularização de parte do território imemorial as bases para a reconfiguração da rede de segmentações e distinções internas. A autodeterminação dos Rikbaktsa emerge como elemento mobilizador do processo de retomada do território. Trata-se de um modelo de reexistência – no sentido de resistência – que contrapõe um cenário caracterizado pelo apagamento da imemorialidade da ocupação indígena na região.

A demarcação da TI Escondido deflagra o processo derradeiro de territorialização dos Rikbaktsa que, diante do avanço e consolidação da instalação de núcleos populacionais formados por frentes colonizadoras, precisam desenvolver estratégias para salvaguardar seu território de ocupação imemorial, mesmo sendo uma pequena parcela deste. Com a estabilização do processo de regularização fundiária, os esforços atuais se voltam à vigilância e à fiscalização para a garantia da integridade dessas áreas, bem como da soberania indígena no uso e manejo da biodiversidade representada em suas terras.

Assim, a TI Escondido constitui um importante ambiente ocupado pelos Rikbaktsa. Nela são utilizadas espécies como castanha-do-brasil, taquaras usadas para flechas, babaçu, plantas medicinais, caça e outros recursos de importância socioeconômica e simbólica. Além destes, as roças tradicionais mantêm

algumas espécies crioulas que servem como fonte alimentar básica para os moradores. Roças centenárias nas quais é possível encontrar algumas variedades de bananeiras (ainda produzindo) e a chamada “terra preta de índio” (NEVES *et al.*, 2003) são encontradas na TI Escondido e em áreas adjacentes desta, evidenciando a ancestralidade de ocupação da região.

CENÁRIOS PARA A GESTÃO DA TI ESCONDIDO

A quarta etapa do exercício de avaliação da resiliência socioecológica dedicou-se à identificação de cenários, entendidos como possíveis trajetórias futuras (fatores negativos e positivos) para o “Sistema Rikbaktsa”, em um horizonte de dez anos. Foram elencadas estratégias de ação para a superação dos fatores negativos e o fortalecimento dos fatores positivos.

O símbolo de uma castanheira seca em um pasto degradado foi escolhido para expressar as mudanças socioecológicas na paisagem, decorrentes do avanço de empreendimentos agropecuários e de infraestrutura sobre áreas conservadas, que constituem os principais vetores de desmatamento e degradação da terra (cf. Figura4). Ao mesmo tempo, o manejo e a manutenção dos castanhais, bem como a fartura de caça e pesca, expressam o cenário desejado pelos Rikbaktsa, qualificado pela sua autonomia na gestão e proteção territorial, pelo reconhecimento e valorização de seu modo próprio de vida e pela melhoria do acesso a serviços públicos.



Figura 4 – Cenários da TI Escondido/Povo Rikbaktsa. Cenário não desejável (esquerda) e cenário desejável (direita). Desenhos elaborados pelo grupo pesquisador do “Sistema Rikbaktsa” durante o quarto módulo do curso de especialização realizado em Cotriguaçu-MT.

Entre os principais fatores desencadeantes identificados no âmbito do cenário negativo, destacam-se os planos governamentais para a ampliação do aproveitamento energético na Bacia do Rio Juruena. Estão previstos cerca de 80 empreendimentos – entre grandes e pequenas usinas hidrelétricas. Destes, 20 impactam diretamente Terras Indígenas ou Unidades de Conservação; 15 estão localizados no entorno de Terras Indígenas e 18 podem afetar indiretamente essas áreas. A construção da UHE Escondido poderá acarretar no alagamento de 11% da TI Escondido (EPE, 2010).

A implementação desses empreendimentos pode ampliar a pressão sobre a TI Escondido, acarretando problemas socioambientais já documentados para outras regiões na Amazônia, tais como: aumento do desmatamento; diminuição da diversidade e abundância da ictiofauna; inchaço demográfico decorrente da transferência de trabalhadores para a construção das obras (pressionando e precarizando os serviços públicos disponíveis); ampliação de casos de doenças tropicais; e aumento da violência urbana (FEARNSIDE, 2002).

Um segundo fator fundamental para o futuro da TI Escondido diz respeito às iniciativas de revisão dos marcos legais que garantem os direitos indígenas, salvaguardados pela legislação brasileira. Possíveis mudanças na legislação – como a Portaria 303/12 da Advocacia-Geral da União (AGU) – podem impor uma série de restrições ao usufruto dos índios sobre suas terras, facilitando a instalação de empreendimentos (estradas, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia e bases militares) sem a realização de consulta livre, prévia e informada ou autorização dessas populações (OIT, 1989)⁷. Isso pode gerar a precarização dos serviços prestados pelo governo, bem como abrir a possibilidade de usos não sustentáveis das florestas e outras formações fitofisionômicas.

Dentro desse contexto estão presentes também as discussões sobre a PEC 215/2000 (Proposta de Emenda Constitucional), que repassa a competência pela regulamentação das terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo e possibilita a revisão dos limites das áreas indígenas já regularizadas. O decreto de homologação da TI Escondido foi questionado na justiça federal pela empresa Cotriguaçu Colonizadora Aripuanã S/A, responsável pela venda dos títulos fundiários, processo que fomentou a ocupação e a criação do município de Cotriguaçu, nos anos 1980. Há uma evidente fragilidade que pode ser transformada em conflito socioambiental, ameaçando a sustentabilidade do povo Rikbaktsa e seu território.

O último fator desencadeante apontado durante a pesquisa diz respeito à possibilidade de emancipação do distrito de Nova União. A divisão administrativa do município de Cotriguaçu pode dificultar a comunicação com o poder público, bem como ampliar a pressão sobre a TI Escondido. Segundo os representantes Rikbaktsa, a TI Escondido já foi alvo de inúmeras invasões para roubo de madeira. Esse contexto justifica sua demanda pela estruturação de um modelo de fiscalização e vigilância que conte com sua participação protagonista.

Diante dos riscos apresentados, o fortalecimento do manejo e comercialização da castanha-do-brasil se apresenta como uma estratégia para atingir um cenário positivo para a gestão da TI Escondido. A sazonalidade que caracteriza essa atividade possibilita que uma parcela significativa da população Rikbaktsa realize incursões para a TI Escondido, momentos nos quais estes reforçam seus laços de ancestralidade com esse território e promovem a disseminação de saberes relacionados a outras espécies da fauna e flora que não são encontradas nas demais terras indígenas.

Os Rikbaktsa buscam, por meio de estratégias de fortalecimento da educação indígena e da língua materna, da vigilância, da fiscalização e manejo de seu território, as bases para superar o passado recente marcado por perdas populacionais e territoriais. Eles almejam ainda estabelecer canais mais próximos de diálogo com o poder público municipal, participando ativamente na definição das estratégias e implantação das políticas públicas de saúde e educação, defendendo o reconhecimento dos seus modos particulares de existência como eixos direcionadores dessas políticas.

Os principais desafios para a maior participação indígena na definição e implantação de políticas públicas são: a articulação da lógica da gestão pública com as concepções de ancestralidade e ocupação imemorial; a articulação entre a lógica democrático-participativa e as referências cosmopolíticas que regulam suas formas de organização social; e o reconhecimento da sua diversidade linguística e cultural por parte da sociedade não indígena.

Para superar esses desafios, representantes Rikbaktsa apontam algumas estratégias: o fortalecimento interno da organização e aumento da participação indígena em espaços de gestão; o fortalecimento da cultura por meio de escolas interculturais adaptadas e em diálogo com o modo de vida dos Rikbaktsa; a capacitação das lideranças para reduzir dependência de interlocutores externos; a ampliação das condições para fiscalização dos limites da TI; o fortalecimento da Funai, com a instalação de um posto de atendimento em Cotriguaçu (demanda concretizada em 2015); e a formação de gestores indígenas para atuarem na Funai e em outros espaços do poder público, em direção à autodeterminação.

INTEGRAÇÃO ENTRE OS GRUPOS SOCIAIS E CONSIDERAÇÕES PARA A GESTÃO COLABORATIVA

As unidades diferenciais que compõem a dinâmica do uso da terra em Cotriguaçu abrangem grupos sociais com interesses em sua maioria divergentes e que muitas vezes não estabelecem um diálogo entre si. Sendo assim, na quinta e última etapa do exercício foi realizada a integração das análises desenvolvidas no âmbito do curso de especialização, explorando os pontos de tensão ou possíveis complementaridades entre os cenários desejáveis e não desejáveis para cada um dos grupos de atores sociais pesquisados (indígenas, produtores rurais e agricultores familiares).

A análise do mapa desse município revela nuances dos diferentes modelos de uso da terra. Os baixos índices de desmatamento na TI Escondido contrastam com os altos índices presentes nas propriedades privadas e em parte dos assentamentos. Para muitos moradores de Cotriguaçu, a demarcação da TI Escondido culminou em impactos socioeconômicos negativos. A Terra Indígena é percebida como uma grande extensão territorial sem fim produtivo e que não gera benefícios diretos ao município. Para esses atores, a área poderia ser utilizada para exploração madeireira, mineral ou agropecuária. Alguns moradores e produtores rurais também rechaçam as práticas de manejo desenvolvidas pelos Rikbaktsa, que são concebidas como incompatíveis com a noção de eficiência e produtividade e, portanto, constituiriam um obstáculo ao desenvolvimento do município.

O diálogo e a participação em esferas representativas do poder público municipal constituem outras áreas de tensão. Como os recursos financeiros geridos pela prefeitura são sempre inferiores às necessidades, preveem-se disputas e conflitos entre os diferentes agentes sociais de Cotriguaçu, que buscam reforçar suas estratégias de reprodução socioeconômica, política e territorial.

Nota-se sinergia entre os grupos em relação a interesses em promover uma melhoria urbana, com melhores serviços públicos de escolas e saúde. Outra convergência é a necessidade de fortalecimento de espaços municipais de representatividade e tomada de decisão, nos quais os segmentos possam contribuir na elaboração e execução de políticas públicas. A promoção de um parlamento representativo e simétrico para discutir e negociar os interesses e necessidades de cada um dos grupos sociais de Cotriguaçu tem como desafio a tarefa de lidar com os diferentes interesses, grau de poder e níveis de participação destes nas esferas de deliberação e execução do poder público municipal que, por sua vez, se articula com as escalas estaduais e federais de gestão.

CONCLUSÃO

A partir da aplicação do exercício de avaliação da resiliência socioecológica no contexto dos Rikbaktsa, em relação à TI Escondido, concluiu-se que a resiliência socioecológica desse povo indígena é configurada na forma de resistência e reexistência (no sentido de reconfiguração social/territorial), mediante um processo no qual a homogeneização e usurpação impostas pela colonização se confrontam com a pluralidade e não linearidade características do modo de existência indígena.

Buscou-se evidenciar as noções de territorialidade e temporalidade expressas nas narrativas e formas discursivas dos Rikbaktsa, expondo assertivas sobre a ocupação regional de longa duração – marcada por relações interétnicas e concepções cosmológicas – e as dinâmicas de colonização nos últimos 60 anos. Sistematizaram-se informações e relatos que avigoram os esforços de reconhecimento da ocupação imemorial dos Rikbaktsa em Cotriguaçu, em prol da superação de um contexto no qual a presença indígena é invisibilizada e a criação do município é alçada ao posto de marco zero da história local.

A análise do processo de ocupação de Cotriguaçu evidenciou uma conjuntura marcada pela estratégia de disponibilização dos territórios indígenas para a expansão da fronteira agrícola, o que fomentou o “confinamento territorial” dos Rikbaktsa. Em meio a esse contexto, a reivindicação e ativa mobilização indígena pela regularização (mesmo que parcial) de seu território conflagra o processo de reterritorialização, que culmina na demarcação de três terras indígenas, entre as quais, a TI Escondido.

Os resultados da análise apontam ainda para a concepção de um mundo em constante transformação e constituído por múltiplas agências (humanos, mortos, divindades, plantas e animais) que compõem as referências da imemorialidade da ocupação dos Rikbaktsa no Vale do Rio Juruena. Sob uma proposta não linear e sistêmica, é necessário considerar as relações traçadas nos regimes cosmológicos de alteridade. Essa dimensão é apontada como estratégia para o aprofundamento da presente análise, assim como a atenção à diversidade interna do “Sistema Rikbaktsa” – caracterizado pela composição de linhas transversais de diferenciação entre clãs, grupos locais e habitacionais, gerações e novas estruturas políticas – buscando evidenciar a multiplicidade de perspectivas e prioridades dentro do grupo.

Por fim, as metodologias colaborativas de pesquisa desenvolvidas junto a povos indígenas devem considerar elementos como a temporalidade diferenciada dessas populações; a necessidade de acordos e aceites coletivos e salvaguardados por suas estruturas políticas decisórias; o reconhecimento dos contextos sociopolíticos locais, bem como das diferentes esferas e arranjos de poder e reconhecimento que definem seus espaços de interação interna; além da atenção à questão linguística. Esses aspectos determinam uma maior atenção ao processo dialógico entre pesquisador e grupo social analisado, ou, mais amplamente, entre a ciência e as sociedades indígenas.

NOTAS

¹ Esta abordagem resultou em três monografias: Almeida (2012); Castorino (2012) e Silveira (2012).

² Terra e território constituem conceitos distintos. Não existe uma equivalência entre as Terras Indígenas homologadas e os territórios associados à ancestralidade e imemorialidade de ocupação.

³ Na atualidade, a população Rikbaktsa conta com aproximadamente 1.300 pessoas. Segundo Pacini (1999), a recuperação demográfica do povo Rikbaktsa se fortaleceu após a demarcação da TI Japuira.

⁴ O decreto de homologação está disponível em: http://www.funai.gov.br/licitacao/2009/arquivos/Aviventacao/Escondido_decreto.pdf.

⁵ O idioma falado pelos Rikbaktsa é classificado como uma língua isolada do troco Macro-Jê. Na atualidade, grande parte dos jovens não domina esse idioma, tendo como língua materna o português.

⁶ A atuação missionária contou com o financiamento das frentes seringalistas.

⁷ A Convenção 169 é um tratado internacional adotado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989 que reconhece o direito à consulta livre, prévia e informada (CLPI) dos povos indígenas e tribais, do qual o Brasil é signatário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. Terra de Flechas e Sentidos: um olhar sobre a demarcação da Terra Indígena Escondido, do povo Rikbaktsa (Monografia de Especialização). Unemat, Cotriguaçu, Mato Grosso, 2012.

ARRUDA, R. S. V. Os Rikbaktsa: mudança e tradição. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

ATHAYDE, S. *et al.* Aprendizagem colaborativa e gestão de sistemas socioecológicos na Amazônia: experiências de construção de conhecimento entre academia e sociedade. RBPG 10(21), p. 729-756, 2013.

ÁTHILA, A. R. Arriscando corpos: permeabilidade, alteridade e as formas de sociabilidade entre os Rikbaktsa (macro-Jê) do Sudoeste Amazônico. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BERKES, F. Conexões institucionais transescalares. VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED & SECCO, p. 293-332, 2005.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. (Ed.). *Navigating Social-Ecological Systems. Building Resilience for Complexity and Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BERKES, F.; FOLKE, C. *Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience*. Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010*. Brasília: Presidência da República, 2007.

BUSCHBACHER, R. J.; ATHAYDE, S.; BARTELS, W.; MELLO, R. *Resilience Assessment as a Tool for Understanding the Amazon Frontier as a Social-ecological System*. *Sustentabilidade em Debate*, 2016.

CAMPOS, M. D. *Etnociência ou Etnografia de saberes, técnicas e práticas?* AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (Ed.). *Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas*. Rio Claro-SP: Coordenadoria de Área de Ciências Biológicas. Unesp/CNPq, 2002.

CASTORINO, A. *As pedras também são palavras: vivências e encontros com os Rikbaktsa (Monografia de Especialização)*. Unemat, Cotriguaçu, Mato Grosso, 2012.

CNEC – Engenharia S.A. *Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso – Proposta e Minuta de Projeto de Lei, Cuiabá-MT*, 2004.

DANSPECKGRUBER, W. F. (Ed.) *The Self-Determination of Peoples: Community, Nation, and State in an Interdependent World*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.

DORNSTAUDER, J. *Como pacifiquei os Rikbaktsa*. *Pesquisas (História)*, n. 17. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1975.

EPE. *Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Juruena*, 2010.

FEARNSIDE, P. M. *Avança Brasil: Environmental and social consequences of Brazil's planned infrastructure in Amazonia*. *Environmental Management* 30(6), p. 748-763, 2002.

FOLKE, C. *Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses*. *Global Environmental Change* 16(3), p. 253-357, 2006.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GUNDERSON, L. H.; HOLLING, C. S. (Ed.). *Panarchy: Understanding Transformations in Human and Natural Systems*. Island Press, Washington DC, 2002.

HOLANDA, A. P. *O pensamento mítico Rikbaktsa*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, (Pesquisas, Antropologia, 50), 1994.

MACEDO, R. S. *Etnopesquisa Crítica, etnopesquisa-formação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

MIA. *Os Canoeiros*. Arquivo OPAN B-CT/RIK.0/1(mimeo), Cuiabá, 1957.

_____. *Relatório da Missão Anchieta*. Arquivo OPAN B-CT/Rik.2/27, Cuiabá, 1975.

MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2011.

NEVES, E. G. *et al.* *Historical and Socio-cultural Origins of Amazonian Dark Earths*. Lehmann, J. *et al.* (Ed.), *Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management*. Kluwer Academic Publisher: 30-50, 2003.

OLIVEIRA, J. P. Uma Antropologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. Rio de Janeiro: Mana 4(1), p. 47-77, 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@normes/documents/publication/wcms_100907.pdf>.

PACINI, A. Pacificar: relações interétnicas e territorialização dos Rikbaktsa. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1999.

POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. Suma etnobiológica brasileira. Petrópolis, v. 1. (Etnobiologia), 1987.

SCHMIDT, E.; OLIVEIRA, A. Relatório sobre as atividades da Missão Anchieta entre os índios Rikbaktsa - janeiro a julho de 1971. Arquivo OPAN BCT/ RIK.0/9, 1971.

SILVEIRA, R. A. Como os Rikbaktsa utilizam a biodiversidade da Terra Indígena Escondido? (Monografia de Especialização). Unemat, Cotriguaçu, Mato Grosso, 2012.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIERTLER, R. B. Métodos Antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (Ed.). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro-SP: Coordenadoria de Área de Ciências Biológicas. Unesp/CNPq, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, F. (Org.) Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.